

OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM SANTA CATARINA



OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM SANTA CATARINA

RELATÓRIO EXECUTIVO

REALIZAÇÃO



APOIO



Realização:

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social - NISFAPS

Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses - OPSFaC

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Apoio:

Comitê SUAS/SC Covid-19 - Em defesa da vida

Coordenação do estudo e redação do relatório:

Liliane Moser e Edilane Bertelli

Equipe técnica:

Dra. Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski - CNM/CSE

Dra. Edilane Bertelli - DSS/CSE

Dra. Keli Regina Dal Prá - DSS/CSE

Dra. Liliane Moser - DSS/CSE

Dra. Michelly Laurita Wiese - DSS/CSE

Dra. Rubia dos Santos Ronzoni - DSS/CSE

Dra. Regina Celia Tamaso Miotto - PPGSS/CSE

Consultoria:

Dra. Luziele Maria de Souza Tapajós - DSS/CSE

Alunas bolsistas de extensão:

Jasmyne Ferreira Britto - estudante de Serviço Social

Maria Julia Castro Januário - estudante de Serviço Social

Florianópolis, novembro de 2020.

Organizações realizadoras do estudo

O Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social - **NISFAPS**, criado em 2013 e vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, tem como objetivos realizar pesquisas de forma interdisciplinar sobre diversos aspectos da política social e seus desdobramentos no âmbito da família e da sociedade e promover ações de extensão relacionadas à temática da política social e suas interfaces com a família. Possui duas linhas de pesquisa. Uma delas *Política social, família e trabalho* investiga os sistemas de proteção social e o familismo; família, trabalho e políticas de conciliação; família e perspectivas demográficas. A outra *Política social e serviços sociais* estuda as políticas sociais setoriais e por segmentos, as redes de apoio e acesso a serviços sociais; a organização em serviços sociais e processos coletivos de trabalho; as relações intersetoriais e a integralidade dos serviços sociais e o trabalho social com famílias. Integram o Núcleo professoras do curso de Serviço Social e de Economia e estudantes de graduação e pós-graduação desses cursos.

Para saber mais, acesse: <https://nisfaps.paginas.ufsc.br/>

O Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses - **OPSFaC**, criado em 2019 e vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Observatório das Famílias e das Políticas de Família - OFAP do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tem como objetivo monitorar sistemática e continuamente as políticas sociais dirigidas às famílias catarinenses, no sentido de contribuir na formulação de políticas públicas e promover a participação e o diálogo com a sociedade civil, as organizações sociais e os gestores públicos. O Observatório busca produzir e divulgar dados e indicadores sobre as famílias catarinenses, suas condições de vida e as políticas sociais, realizar formas coletivas (seminários, simpósios, cursos, congressos) de discussão da temática, prestar assessoria e consultoria em temas relativos às políticas sociais dirigidas às famílias, além de promover ações de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais voltadas a temática da família e das políticas sociais. Integram o Observatório professoras do curso de Serviço Social e de Economia e estudantes de graduação e pós-graduação desses cursos.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Apresentação e nota metodológica | 06 |
| 2. Caracterização da amostra e das famílias | 09 |
| 3. Família e escola | 17 |
| 4. Família, cuidado e afazeres domésticos | 20 |
| 5. Situação de trabalho e renda das famílias | 23 |
| 6. Acesso a serviços e benefícios sociais | 27 |
| 7. Aspectos relacionados a saúde | 29 |
| 8. Efeitos e percepções sobre o isolamento social | 32 |
| 9. Considerações Finais | 36 |
| 10. Referências | 39 |

1. Apresentação e nota metodológica

A pandemia do novo coronavírus provocou em âmbito mundial impactos na vida da população alterando profundamente a sociabilidade, as relações de trabalho, as dinâmicas familiares, além de demandar um conjunto significativo de cuidados em saúde, outrora não imagináveis, por parte dos indivíduos, das famílias e de gestores públicos e privados.

No contexto brasileiro, os primeiros casos confirmados de contaminação pelo vírus Sars Cov-2 foram tornados públicos em fevereiro de 2020 e as primeiras mortes em meados de março, quando foram anunciadas medidas de enfrentamento pelos governos federal, estaduais e municipais, em particular a necessidade do isolamento e do distanciamento social.

A pandemia de Covid-19 soma atualmente milhões de casos confirmados e milhares de mortes no mundo. O Brasil ocupa a segunda posição no número de mortes e a terceira em número de infectados mundialmente. Em Santa Catarina, os números de pessoas infectadas e das que perderam a vida pela doença só crescem.

A rapidez da propagação do vírus e a gravidade da doença provocaram efeitos na vida em sociedade, como a necessidade de fechamento do comércio e de serviços, a interrupção de processos produtivos, a suspensão de atividades escolares presenciais, a restrição da mobilidade e do deslocamento territorial, mudanças no mundo do trabalho, entre outras consequências. Ao mesmo tempo, foram deliberadas a adoção de cuidados pessoais como a higiene das mãos, o uso de máscaras e álcool em gel e a restrição de convívio social.

Entretanto, essas medidas de enfrentamento à pandemia não foram adotadas a um só tempo e de maneira homogênea em todo o território brasileiro e, tampouco, aceitas consensualmente por agentes governamentais, empresariais ou pela própria sociedade. Embates quanto à credibilidade dessas medidas de cuidados individuais e coletivos foram alimentados no cenário nacional, particularmente, pela postura do Presidente do país que, apoiado em discurso negacionista, minimizou os efeitos da Covid-19.

Ainda assim, medidas de cuidado foram deliberadas e propagadas. Todavia, no contexto brasileiro, questionamos como diante das desigualdades sociais de classe,

de gênero e étnico racial tais medidas seriam possíveis de serem adotadas? Quais condições objetivas indivíduos e famílias dispunham e dispõem para tanto?

Esse contexto, associado ao conhecimento de estudo similar realizado em Portugal¹, instigou pesquisadoras do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social - NISFAPS da Universidade Federal de Santa Catarina, a caracterizar a organização e dinâmica social das famílias residentes no estado catarinense em tempos de pandemia de Covid-19; conhecer os efeitos provocados pelo isolamento social na dinâmica familiar e nas situações de saúde, trabalho e renda, identificar o acesso das famílias aos serviços e benefícios sociais na pandemia e conhecer a percepção das famílias sobre as medidas de isolamento social adotadas pelo governo.

Nesse sentido, em parceria com o Comitê SUAS/SC COVID-19 – Em Defesa da Vida foi realizado estudo exploratório quanti-qualitativo, cujos dados foram coletados no período entre 05 de maio e 01 de junho de 2020, através de formulário adaptado à plataforma *Google Forms* e encaminhado pelas redes sociais como whatsapp, instagram, facebook e correio eletrônico das pesquisadoras e integrantes do Comitê SUAS/SC COVID-19. Outra estratégia para divulgação e compartilhamento do formulário foi o contato estabelecido com a Federação Catarinense dos Municípios – FECAM e os Núcleos descentralizados do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina, os NUCRESS, no sentido de alcançar todas as mesorregiões do estado. O formulário também foi encaminhado via correio eletrônico para secretarias de assistência social dos municípios, buscando abranger os profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que trabalham diretamente com famílias de baixa renda, somado ao contato realizado com a Central Única das Favelas de Santa Catarina – CUFA com o intuito de alcançar esse público. Todos os que receberam o formulário foram orientados a divulgar e encaminhar o levantamento nas suas redes particulares de contatos para que o instrumento fosse replicado ao maior número de pessoas.

¹ Trata-se de inquérito online realizado pelo ICS/ISCTE entre 25 e 29 de março de 2020 sobre a pandemia de Covid-19 e os seus impactos na vida das pessoas que vivem em Portugal. Ver: Magalhães, P., Gouveia, R., Costa-Lopes, R., Silva, P. A. e (2020). **O Impacto Social da Pandemia. Estudo ICS/ISCTE Covid-19.** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/42911>

Esses procedimentos resultaram numa amostragem conhecida como bola de neve ou guiada pelo respondente – ou seja, amostragem não probabilística (VINUTO, 2014), haja vista que não foi dada aos componentes do universo amostral a mesma chance de serem selecionados, já que a coleta esteve circunscrita aos sujeitos de pesquisa com acesso à internet, redes sociais e endereços eletrônicos. O formulário foi composto por 48 questões, todas objetivas e algumas com múltiplas escolhas, voltadas a caracterizar o respondente, sua família e condição familiar, a situação de trabalho e renda, de saúde, acesso a benefícios e serviços e percepções sobre o isolamento social devido à pandemia de Covid-19.

Trata-se de uma amostra de conveniência que não possibilita inferências generalizáveis e extensivas ao conjunto das famílias catarinenses. Assim, os resultados apresentados possuem valor eminentemente exploratório, não devendo ser interpretados como representativos de toda a população. Mesmo se tratando de uma amostra não probabilística, os resultados deste levantamento permitiram captar várias dimensões do impacto da pandemia de coronavírus nas condições de vida, trabalho e saúde dessas famílias. A riqueza de questões elencadas possibilitou detectar mudanças significativas nos padrões de vida e nas dinâmicas familiares diante da crise sanitária, bem como conhecer algumas das dificuldades enfrentadas, dentre as quais a sobrecarga das mulheres com os afazeres domésticos e a educação dos filhos na modalidade de ensino remoto, o aumento do estresse e de conflitos familiares e a dificuldade na obtenção do auxílio emergencial.

Este relatório executivo é produto desse levantamento online e expressa os resultados obtidos através da participação de 2.101 famílias, que distribuídas nas seis mesorregiões do estado de Santa Catarina responderam ao formulário. Agradecemos a todas e todos que participaram e repassaram adiante o formulário possibilitando inúmeros dados de análise, que são agora tornados públicos.

2. Caracterização da amostra e das famílias



2.101
FAMÍLIAS
PARTICIPARAM
DO LEVANTAMENTO





SERRA CATARINENSE

Composta por 30 cidades e com uma população de cerca de 406.741 mil habitantes, 66 famílias da região da Serra Catarinense participaram do levantamento. (3% do total)



GRANDE FLORIANÓPOLIS

Composta por 21 cidades e com uma população de cerca de 994.095 mil habitantes, 1080 famílias da região da Grande Florianópolis participaram do levantamento. (52% do total)

SUL CATARINENSE

Composta por 46 cidades e com uma população de cerca de 925.065 mil habitantes, 104 famílias da região do Sul Catarinense participaram do estudo. (5% do total)



Fonte: IBGE, 2010

**QUANTAS
CIDADES
PARTICIPARAM?**

162 MUNICÍPIOS

Das 295 cidades do estado de Santa Catarina, nosso estudo conseguiu alcançar 55% dos municípios catarinenses, totalizando mais de 2.000 famílias contribuindo com seus relatos.



Os dados a seguir indicam algumas características das 2.101 famílias de Santa Catarina que participaram desse estudo exploratório.

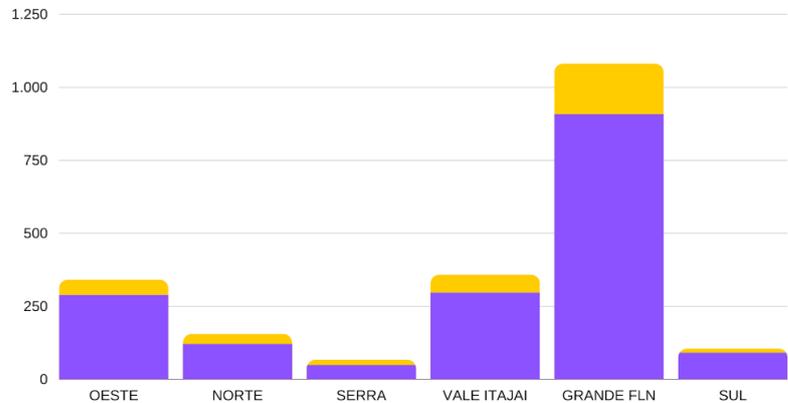
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E HOMENS EM CADA REGIÃO



1.749 mulheres
(83%)

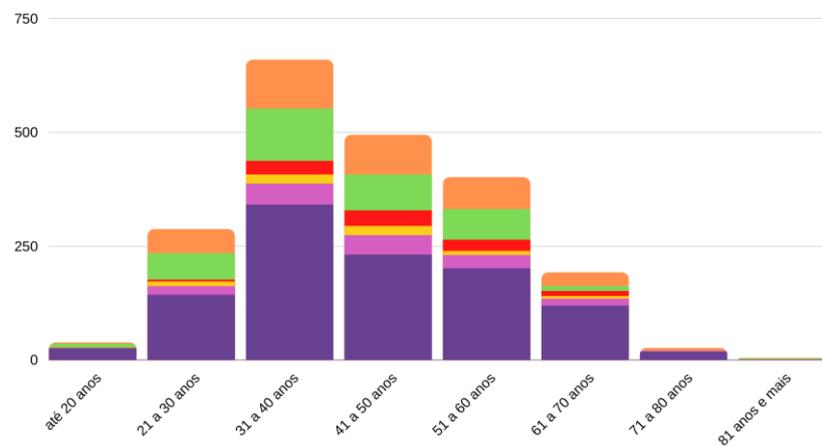


352 homens
(17%)

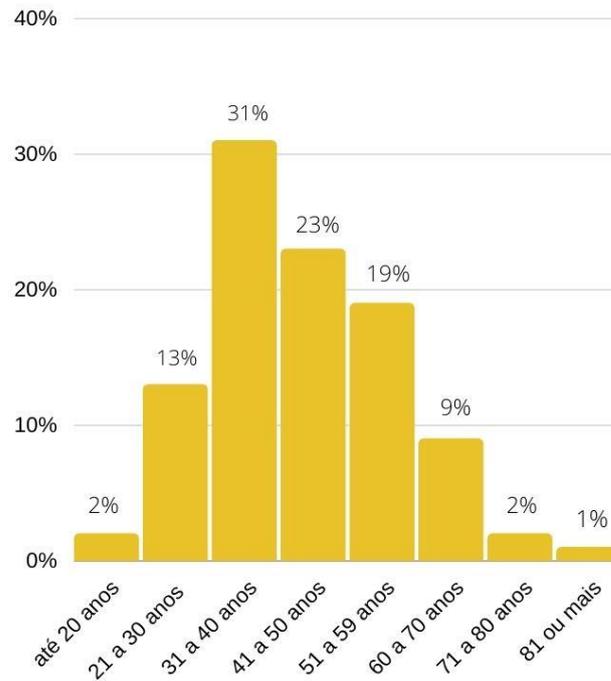


Houve participação significativamente maior de mulheres (83%) se comparada aos homens (17%) – aspecto que se repetirá em todas as mesorregiões catarinense.

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR FAIXA ETÁRIA

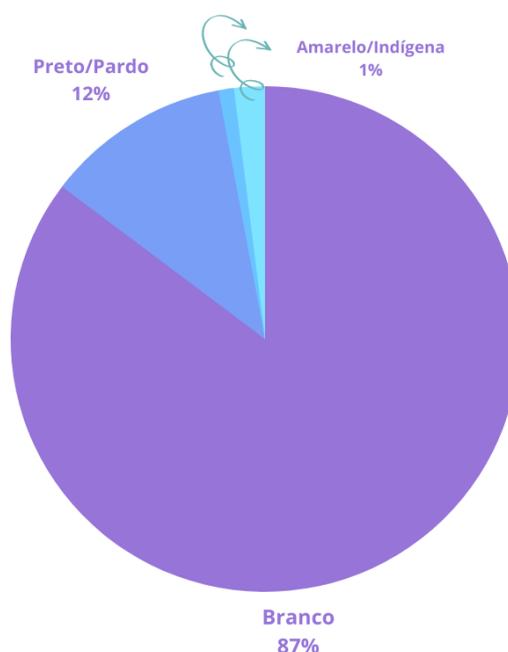


Identifica-se a maior representatividade de pessoas na faixa etária de 31 a 40 anos de idade (31%) – aspecto também observado em todas as mesorregiões, seguido imediatamente daquelas com até 50 anos de idade.



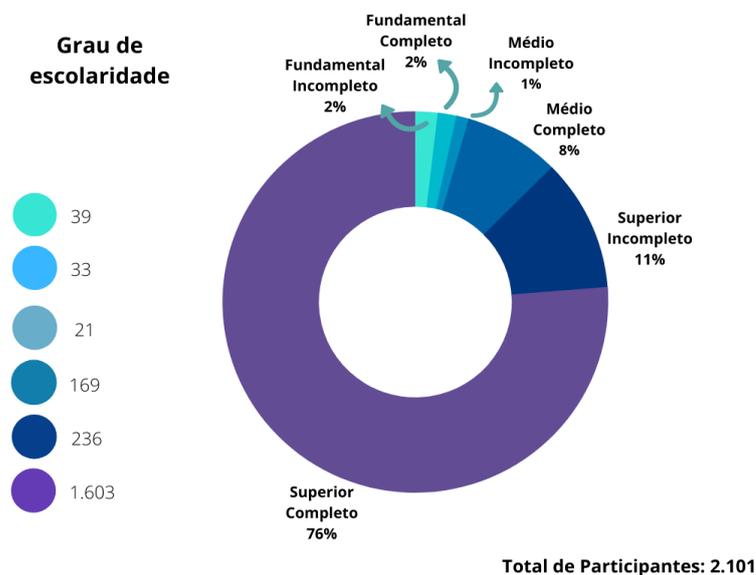
Os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, que configuram grupo de maior risco em decorrência da pandemia de Covid-19 também foram representados, totalizando (12%). Em sua maioria são mulheres, casadas, com filhos e que moram com familiares. Das 222 pessoas nessa faixa etária, 24% dos idosos moram só e são muito mais frequentes mulheres do que homens.

DISTRIBUIÇÃO POR IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

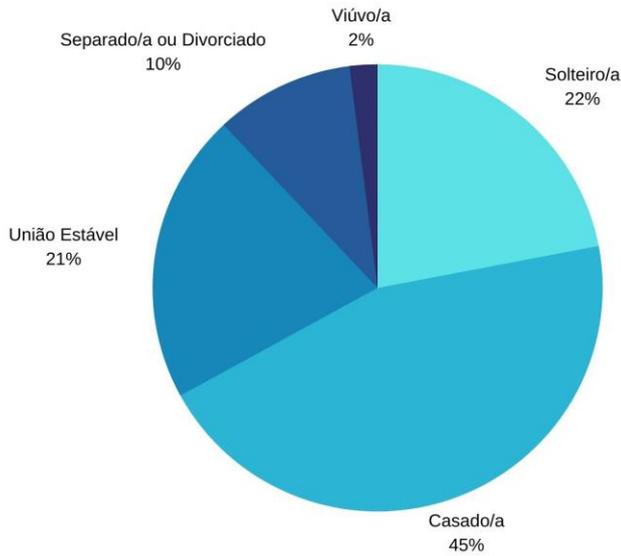


Houve predominância de pessoas que se identificaram como branca (87%) do ponto de vista étnico-racial, seguidas por preta/parda (12%), com menor representação de pessoas auto identificadas como amarela e indígena (1%). Quando se comparam esses dados aos dados oficiais da população catarinense verifica-se que a amostra expressa similaridade na proporcionalidade étnico-racial presente no estado, pois 80% são brancos e 19% são pretos/pardos (PNADCA/IBGE, 2019).

Parcela majoritária dos respondentes possuía ensino superior completo (76%) ou superior incompleto (11%), com menor participação de pessoas com ensino fundamental e médio.

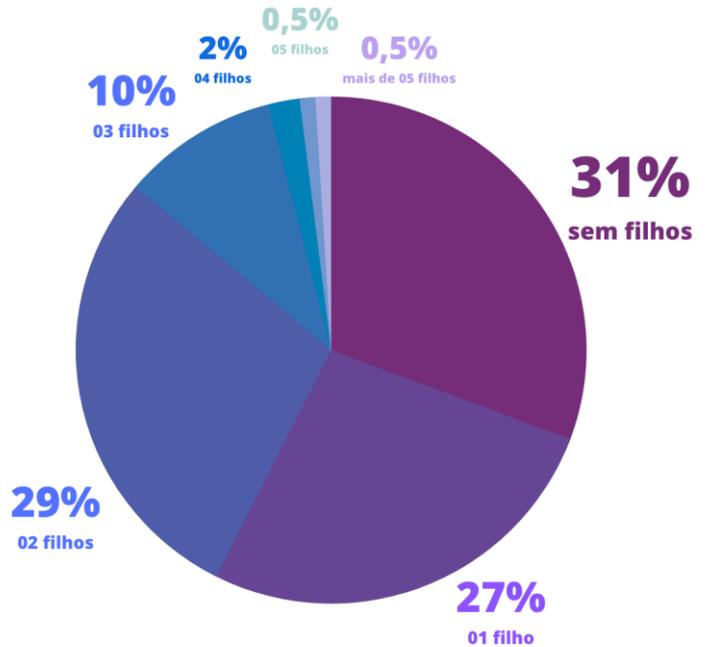


A maioria dos respondentes são casados e que somados aos que vivem em união estável perfazem 66%, evidenciando a predominância dessas conjugalidades, aspecto verificado em todas as mesorregiões de Santa Catarina.

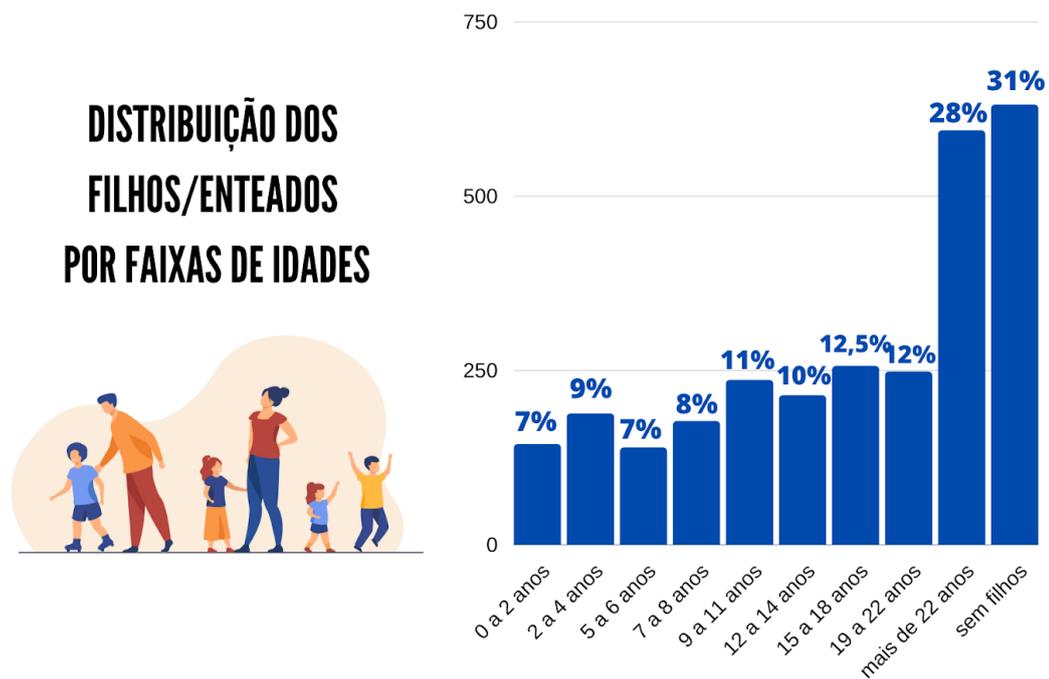


Do universo de 2.101 famílias, 69% possuem filhos e 31% indicaram não ter filho. Entre as que possuem filhos destacam-se aquelas com 1 e 2 filhos. Número menor de famílias (13%) informou ter 3 ou mais filhos. Além disso, 11% das famílias mencionaram ter enteados em sua composição.

AS FAMÍLIAS E OS FILHOS



Em relação a idade dos filhos e enteados houve a predominância daqueles com maior grau de dependência e demandas por cuidados, pois 52% das famílias indicaram ter filhos/enteados na faixa etária que varia de 0 a 14 anos de idade. A presença de crianças e ou adolescentes implica a necessidade de mais tempo dedicado ao cuidado com os filhos, o qual recai, tradicional e predominantemente, sob os ombros das mulheres. Aspecto que se acirra em tempos de pandemia, quando o tempo da e na escola migra para dentro da casa, do espaço privado, no domicílio.

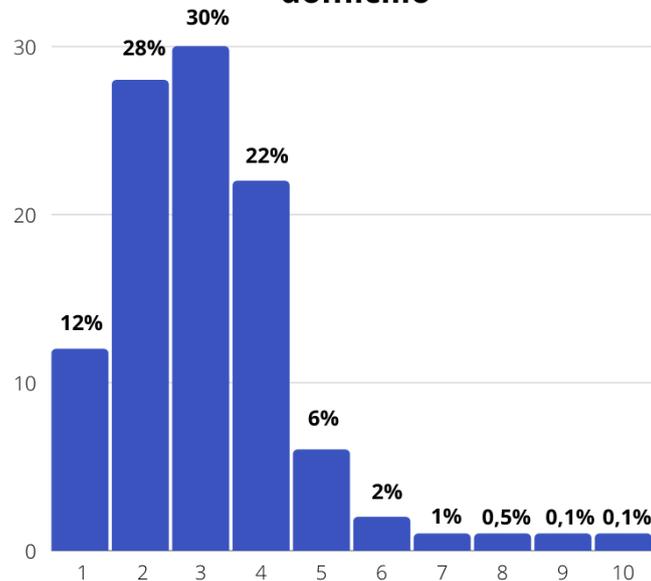


Percentual em relação ao total de respondentes (2.101) e como se trata de respostas relacionadas aos vários filhos/enteados, ultrapassa a soma de 100%.

A presença de filhos adultos, acima de 19 anos, foi mencionada por 40% das famílias com filhos. Cabe considerar que esse dado pode indicar para o fato de os filhos não residirem no mesmo domicílio de seus pais ou que seu sustento dependa destes, ainda que haja situações de convivência dessas gerações no mesmo domicílio.

Do universo de 642 (31%) respondentes que indicaram não ter filho, embora a maioria (53%) seja de pessoas solteiras, observa-se significativo percentual de pessoas oficialmente casadas ou mesmo em união estável, as quais somadas representam 42% de famílias sem filho – o que pode indicar tanto a decisão de não ter filhos como o adiamento da maternidade.

Distribuição do número de pessoas por domicílio

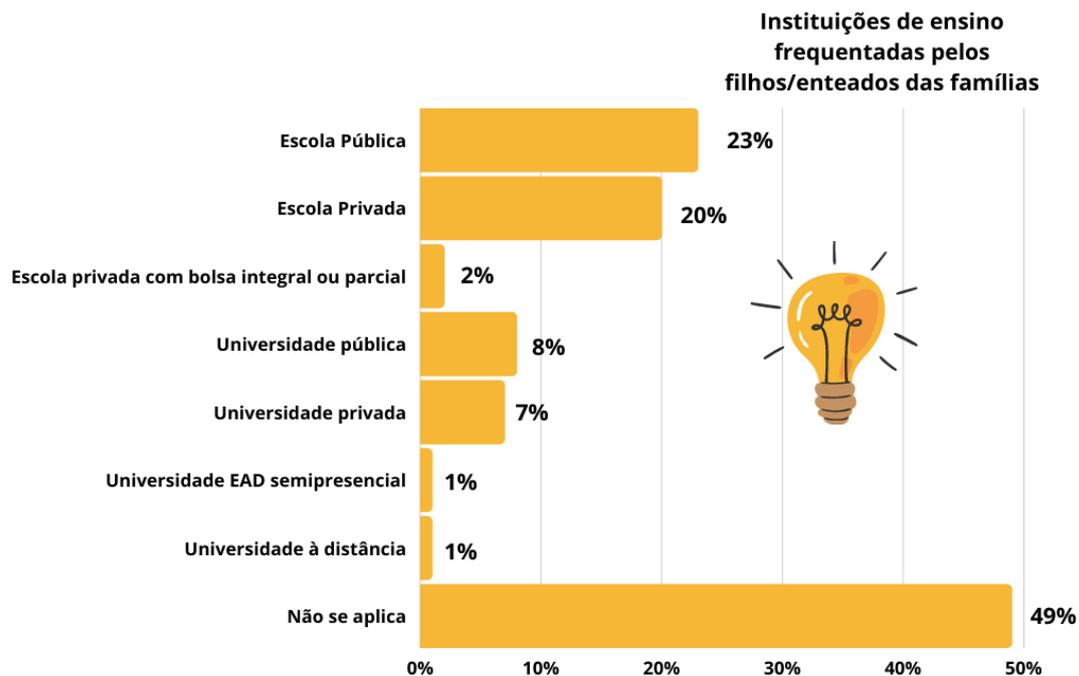


Verificou-se a predominância de famílias pequenas compostas de duas a quatro pessoas, seguidas pelos domicílios unipessoais. Com menor incidência tem-se famílias com 5 integrantes ou mais pessoas. Esses indicadores corroboram as tendências de diminuição no tamanho das famílias observadas também em estudos sociodemográficos relacionados ao contexto brasileiro.

Em síntese, as principais características dos respondentes expressam significativa representação feminina (83%), maior presença de respondentes brancos (87%), com nível superior completo ou incompleto (87%), estado civil casado (45%), residentes em áreas urbanas (96%), na faixa etária economicamente produtiva (87%). Quanto às famílias, o estudo revelou a predominância daquelas com prole (69%), com um ou dois filhos (56%), com idade inferior a 14 anos (52%), evidenciando tanto um maior grau de dependência e demandas por cuidados quanto a redução no tamanho das famílias.

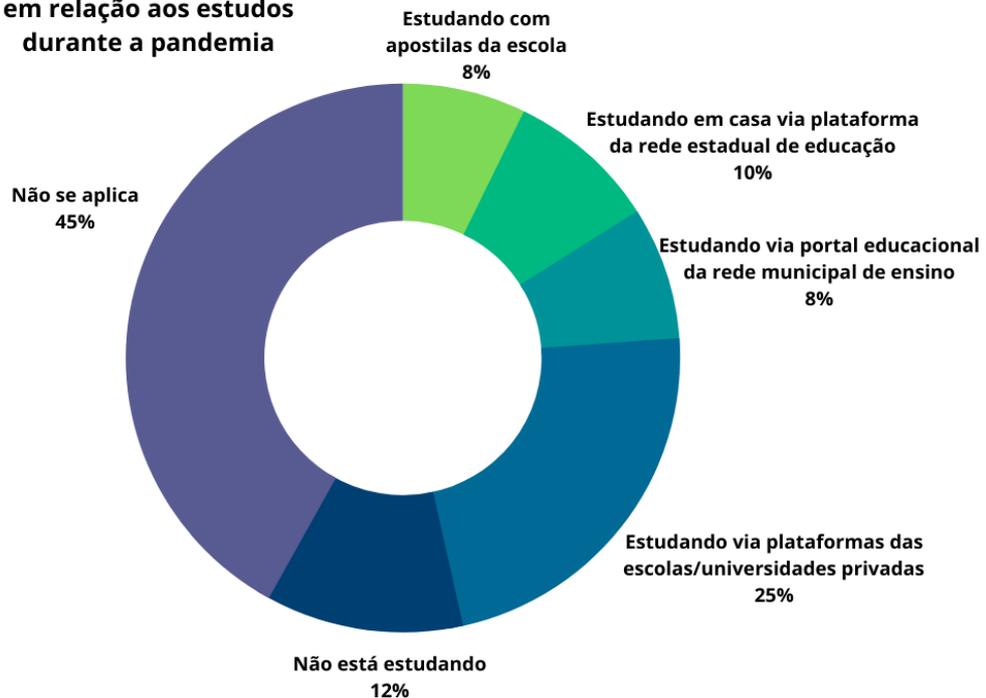
3. Família e escola

Entre as famílias catarinenses com filhos que responderam ao levantamento, número significativo delas possuem filhos/enteados em idade escolar, totalizando 64%. Quanto ao tipo de instituição de ensino frequentado pelas crianças e adolescentes, houve uma distribuição equilibrada entre escolas públicas (474) e escolas privadas (448), bem como entre os estudantes que frequentam universidades públicas (171) e privadas (154). Em menor número estão os que frequentam o ensino superior em instituições que ofertam cursos na modalidade não presencial (37).



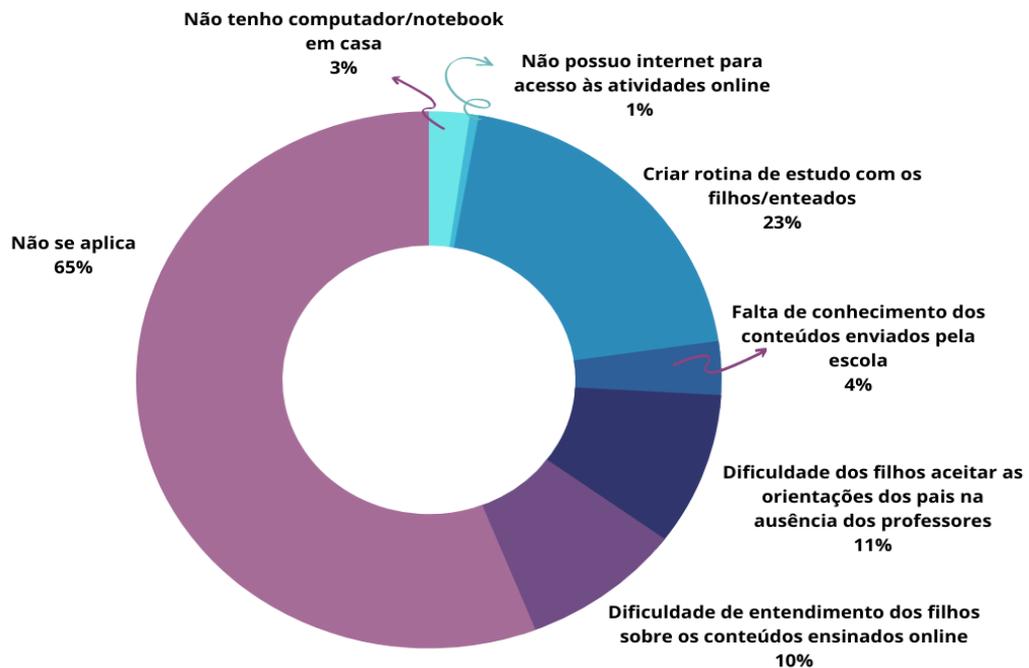
Nesse contexto de pandemia, a maioria (43%) dos filhos/enteados continuou os estudos a partir de casa, por meio de plataformas de ensino remoto disponibilizadas tanto pelas escolas da rede privada e pública (estadual e municipal) quanto pelas universidades públicas e privadas, além daqueles que estudavam em casa a partir de apostilas disponibilizadas pelas escolas (8%) e dos que não estavam estudando (12%).

Situação dos filhos/enteados em relação aos estudos durante a pandemia



Diversas foram as dificuldades assinaladas pelas famílias para acompanhar as atividades escolares das crianças e adolescentes. Destacaram-se as relacionadas à criação de rotina de estudo com os filhos/enteados, à dificuldade dos filhos de seguir as orientações/ordens paternas na ausência dos professores e à dificuldade de entendimento das crianças e adolescentes do conteúdo ensinado de forma online. Com menor incidência apareceu a indicação da falta de conhecimento dos pais sobre os conteúdos escolares e a consequente impossibilidade de auxiliar na realização das tarefas solicitadas pela escola. A ausência de equipamentos de informática (computador/notebook) e o não acesso à rede de internet também foram apontados como dificuldades pelas famílias, ainda que em menor número.

Dificuldades das famílias com o ensino remoto



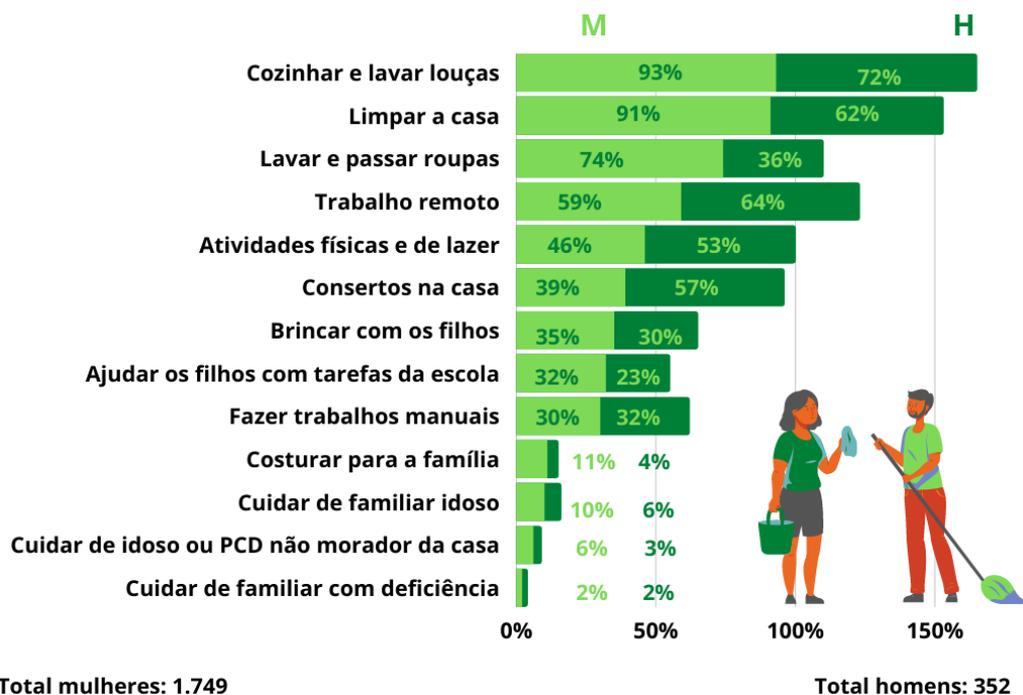
O acompanhamento escolar dos filhos/enteados evidenciou a sobrecarga familiar provocada pela educação não presencial em virtude do isolamento social, alterando rotinas e aumentando a demanda de cuidados dos pais ou responsáveis no espaço doméstico. Contudo, considerando a tradicional divisão sexual do trabalho sabe-se que a sobrecarga às mulheres é superior quando se refere ao cuidado e educação dos filhos.

A análise das respostas por gênero e por renda traz luz sobre as preocupações manifestas no processo de acompanhamento das aulas. A maior dificuldade das famílias representadas por mulheres de baixíssima renda (até 1 SM) foi a compreensão dos filhos sobre os conteúdos ensinados online (19%). Correlato a isso, a falta de conhecimento dos conteúdos enviados pela escola também está mais presente nas famílias de baixa renda e essa queixa diminui à medida que a renda aumenta. Queixa geral a todas as faixas de renda é a dificuldade em criar rotina de estudo com os filhos/enteados. A necessidade de ter computador ou notebook em casa, para as aulas virtuais, cai à medida que aumenta a renda. Entre as famílias representadas por homens, as dificuldades mais significativas foram criar rotina de estudo com os filhos/enteados (10%) e o entendimento dos filhos sobre os conteúdos ensinados online (5%).

4. Família, cuidado e afazeres domésticos

Outro efeito destacado pelas famílias em virtude do isolamento social refere-se ao aumento das atividades desempenhadas na esfera doméstica. As mulheres indicaram, principalmente e com alta incidência, atividades relacionadas aos cuidados com a casa, necessários ao bem-estar das pessoas, como cozinhar e lavar louças, limpar a casa, lavar e passar roupas, seguidas pelo trabalho remoto para metade delas aproximadamente. Entre os homens foram mencionadas atividades como cozinhar e lavar louça – todavia, em menor proporção se comparadas às mulheres –, seguidas pelo trabalho remoto, limpar a casa e realizar pequenos consertos em casa.

Atividades realizadas em casa durante o isolamento social por mulheres e de homens



Proporcionalmente os homens se envolveram menos com o trabalho doméstico e mais com o trabalho remoto remunerado, isso indica que alguma pessoa do sexo feminino realizou o trabalho de cuidados com a casa e para as pessoas da casa, reiterando a tradicional divisão sexual do trabalho. Por outro ângulo, os dados apontam a participação masculina nessas atividades domésticas de cuidados, que noutros tempos seriam inexistentes ou inexpressivas. Todavia, se os homens não

estão alheios a essas atividades, pesquisas sobre a realização de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas indicam que as mulheres gastam mais tempo e energia com essas atividades.

Outras atividades realizadas em casa também foram referidas. No caso das mulheres destaca-se: estudos, leituras, ver filmes/vídeos, cuidado de familiar, cuidar de horta/jardim, trabalho voluntário como participar de campanhas solidárias de arrecadação de alimentos, roupas, materiais de higiene e limpeza, bem como de redes de apoio e solidariedade às pessoas em situação de vulnerabilidade, costurar máscaras para doação, desenvolver trabalho social com famílias. Também foram mencionados trabalhos agrícolas: colheita, plantio, cuidados com animais; produção de geleias, doces, licores; auxiliar na rotina dos trabalhos com produção de leite. Os homens indicaram: estudos, leitura, ver filmes/televisão, tocar música, cuidar de horta/jardim, trabalho na lavoura, cuidar de pets, artes/artesanato, meditação. Lembraram ainda de pescar, de beber, de “manter-me inteirado da conjuntura política e socioeconômica do país” e de “auxiliar nas atividades do filho”.

A maioria dos respondentes em isolamento social, 68% das mulheres e 69% dos homens, contaram com a contribuição de familiares ou de outras pessoas para realizar os afazeres domésticos e de cuidados na casa, e, em geral, indicaram mais de uma pessoa.

Em se tratando das mulheres destacam-se os maridos e ou companheiros/as (63%), seguido dos filhos/as e enteados/as (39%), mãe (17%), diarista (10%), pai (8%), empregada doméstica (3%) e outros (11%) que incluem nora/genro, sogra/o, amigas/os, vizinha/o, cunhada/o, netas/os, avó, sobrinha/o, cuidador.

No caso dos homens, eles contaram com a contribuição em primeiro lugar de suas esposas e ou companheiras/os (70%), seguido das filhas/os e enteadas/os (33%), mãe (18%), pai (10%), diarista (8%), empregada doméstica (5%) e outras pessoas (12%) que incluíram sogra/o, nora/genro, cunhada/o, irmão/irmã, vizinha/o, amigas/os, cuidadora de idoso, sobrinha.

Esses dados evidenciam que, em sua maioria, as famílias internamente assumiram as responsabilidades pelos afazeres domésticos, haja vista que poucas delas indicaram ter o apoio do trabalho remunerado de empregada doméstica ou diarista

durante o isolamento social, o que evidencia uma menor externalização dos cuidados domésticos com a casa e a família.

Todavia, mesmo diante da contribuição de outras pessoas nos afazeres domésticos e de cuidados, essas atividades permanecem sendo compartilhadas prioritariamente com outras mulheres, no caso mães, filhas, irmãs, sogras, noras, cunhadas, vizinhas e amigas, tal como evidenciado em outros estudos, reforçando determinada divisão sexual do trabalho cujas demandas de cuidados e o trabalho doméstico permanecem, a despeito das mudanças havidas, associados ao feminino.

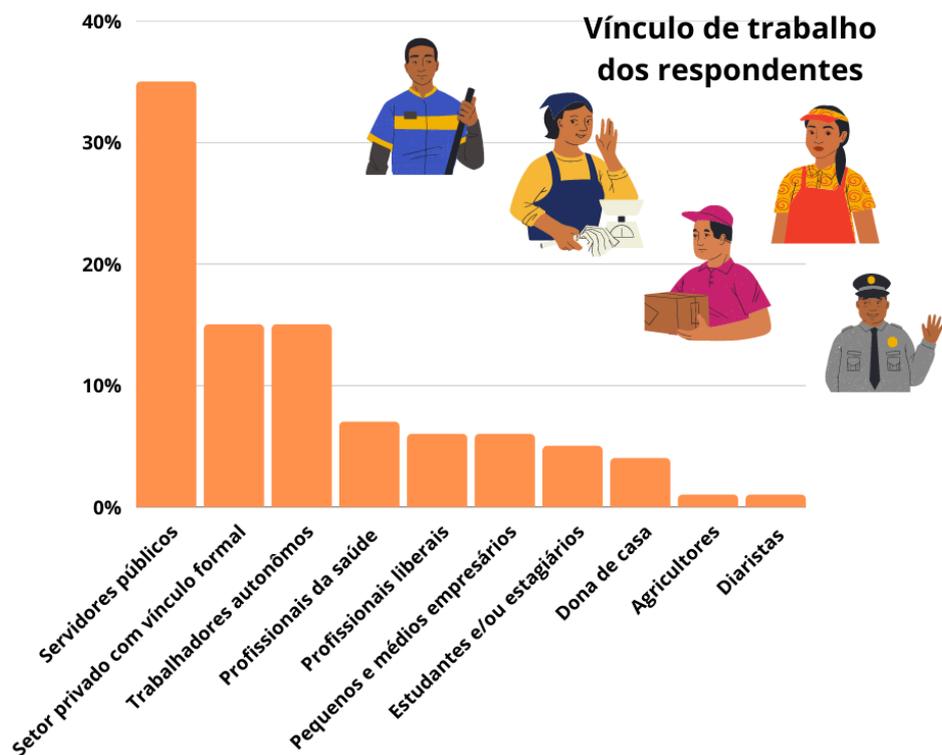
Essa realidade se repete também para as pessoas que não puderam cumprir com o isolamento social, pois além do próprio respondente e dos familiares mencionados, poucos contaram com o trabalho remunerado de diarista (8%) e de empregada doméstica (6%).

5. Situação de trabalho e renda das famílias

No período de realização do levantamento, 78% dos respondentes realizavam trabalho remunerado e 69% estavam empregados no período, ao mesmo tempo em que 22% dos respondentes não realizavam atividade remunerada. Aposentados e ou pensionistas somaram 18%.

Verificou-se que a maioria (75%) das pessoas continuou trabalhando em tempos de isolamento social: 42% em casa no trabalho remoto (home office), 33% trabalhou como antes (fazendo uso de transporte oferecido pelo empregador, carro próprio, motocicleta e bicicleta), e menos de 1% dos respondentes não conseguiu trabalhar durante a pandemia.

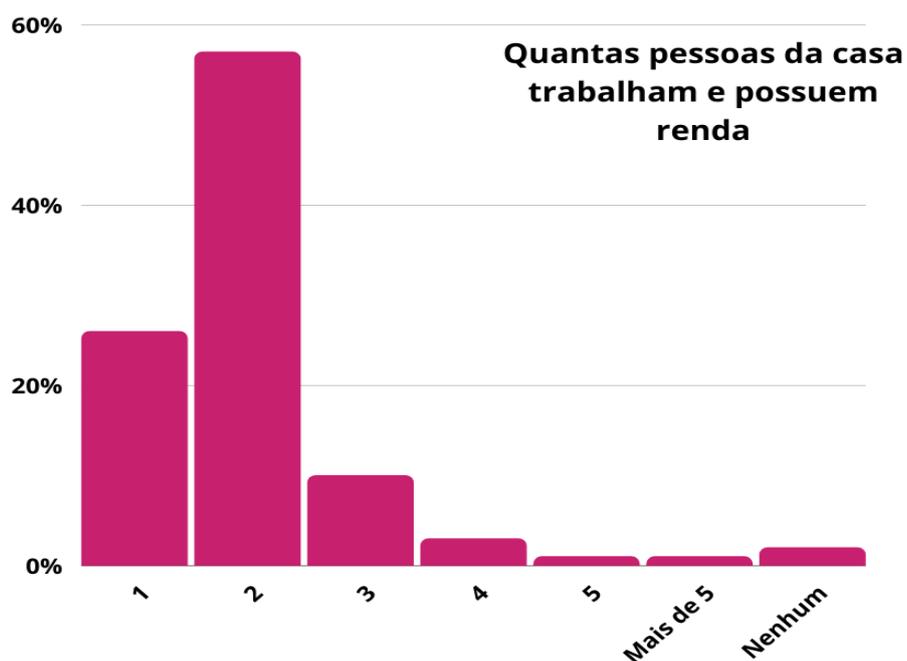
Sobre o vínculo de trabalho dos respondentes, predominaram os servidores públicos (35%), seguidos dos empregados/as no setor privado/serviços com vínculo formal (15%), trabalhadores informais/autônomos (15%), profissionais da saúde (7%), profissionais liberais (6%), pequenos e médios empresários (6%), estudantes e/ou estagiários (5%), donas de casa (4%). Também foram citados agricultores (1%) e empregadas domésticas/diaristas (0,5%).



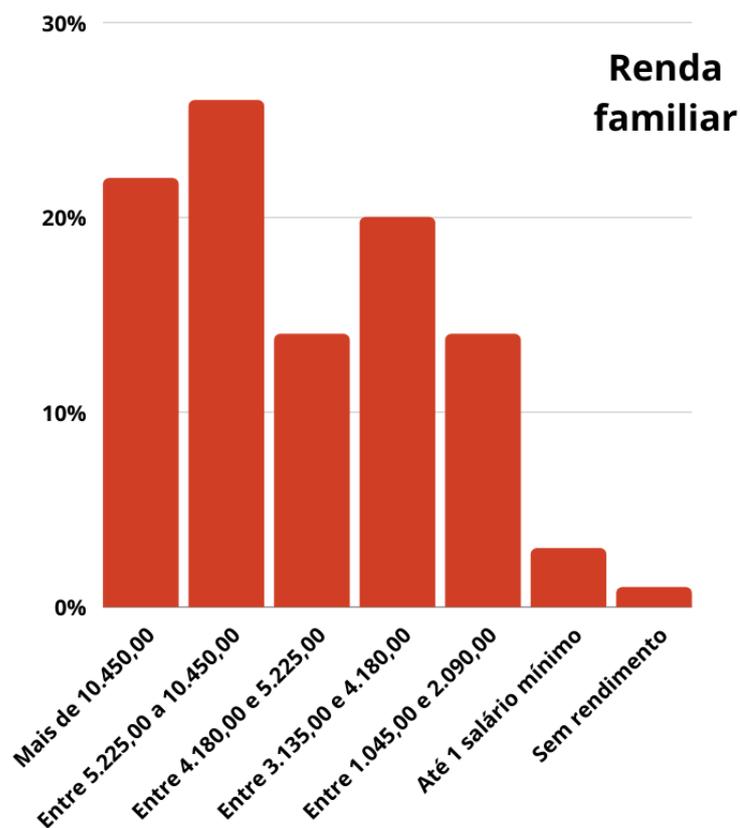
Quanto à profissão desempenhada pelos respondentes destaca-se: professor/a (349), assistente social (205), funcionário/a público (134), psicólogo/a (97), advogado/a (39), engenheiro/a (36), empresário/a (34), administrador/a (34), enfermeiro/a (24), artesão/ã (22), arquiteto/a (19), pedagogo/a (17), secretário/a (16), médico/a (13), bancário/a (13), agricultor/a, contador/a (13) e outros. Esses dados refletem as características da amostra, quais sejam, pessoas com maior nível de escolaridade, maior renda familiar e predominantemente residentes em área urbana.

Os dados também revelaram que 46% das pessoas identificaram-se como os principais responsáveis pelo sustento da família. Dentre essas, que totalizaram 973 pessoas, 745 são do sexo feminino e 228 do masculino. Entre as mulheres responsáveis pela família, 394 são solteiras, separadas/divorciadas ou viúvas, e 351 são casadas ou vivem em união estável.

Outro dado sobre a organização familiar em relação aos rendimentos se refere ao número de pessoas no domicílio que trabalham e possuem renda. Nesse caso, verificou-se que o maior número de famílias (57%) se organiza em torno de duas pessoas que exercem trabalho com rendimentos, seguido daquelas em que apenas uma pessoa (27%) trabalha e possui renda. Esses dados refletem a composição familiar que, no estado, mostrou-se com significativo número de famílias pequenas e unipessoais.



Sobre a renda familiar, a amostra revelou maior participação de famílias com rendimentos superiores a cinco salários mínimos (26%), seguido daqueles com renda acima de 10 salários mínimos (22%), totalizando 48% dos respondentes. Nos demais estratos de renda estão os que indicaram receber entre 1 a 2 SM (14%), entre 3 a 4 (20%) e entre 4 a 5 (14%). Em menor número aparecem os que recebem menos de 1 SM (3%) e os que informaram não possuir rendimentos (1%). O predomínio de faixas salariais mais altas na amostra está relacionado ao grau de escolaridade, ao tipo de vínculo de trabalho e a profissão desempenhada pelos respondentes.



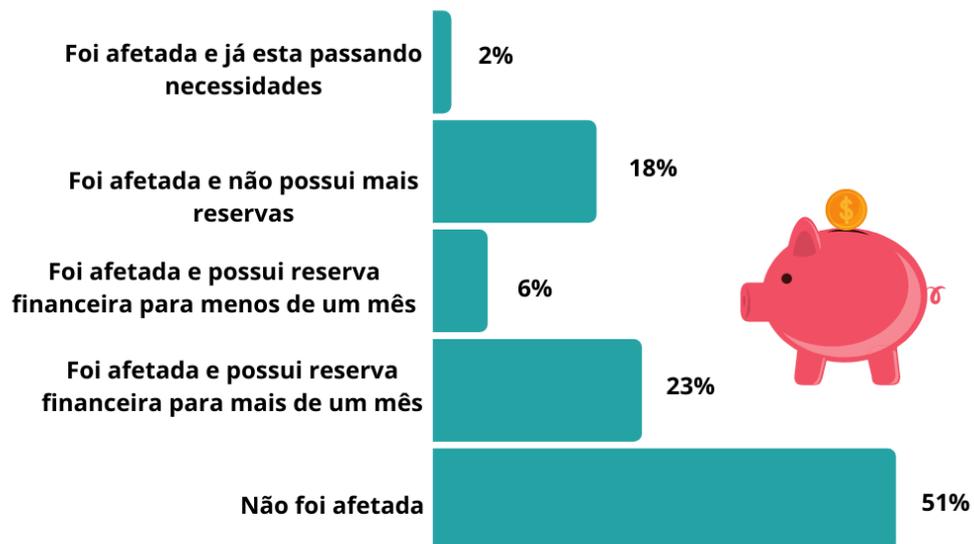
O nível salarial informado pelas famílias reflete em parte as condições de vida antes e depois da pandemia. Quando questionados a esse respeito, 56% das famílias afirmaram que viviam confortavelmente e 35% viviam razoavelmente antes da pandemia, apenas 9% das famílias encontravam alguma ou muitas dificuldades para viver.

Sobre a renda familiar antes da pandemia



Esse aspecto reitera-se quando observada a situação financeira da família em virtude da pandemia. Mais da metade dos respondentes (51%) disseram que financeiramente não foram afetados pela pandemia, ao passo que 49% das famílias foram afetadas. Dessas, 23% informaram que possuíam reservas para alguns meses, seguido daqueles que não possuíam nenhum tipo de reserva financeira (18%), dos que as reservas não seriam suficientes para um mês (6%) e 2% delas já estavam passando necessidades financeiras.

Sobre a situação financeira da família na pandemia

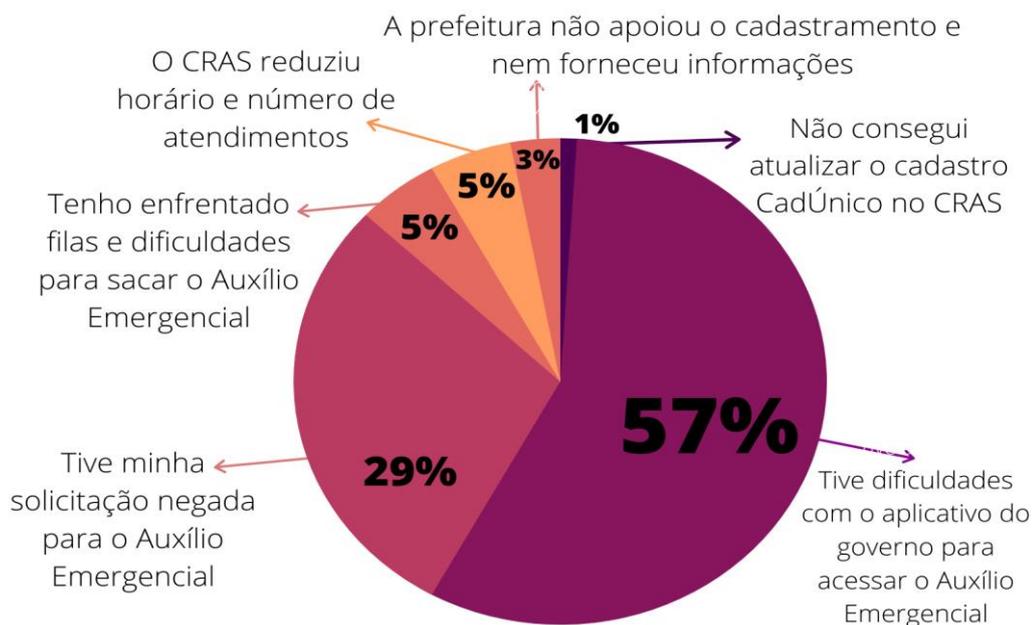


6. Acesso a serviços e benefícios sociais

Do conjunto pesquisado, 86% dos respondentes não recebiam qualquer tipo de benefício social antes da pandemia. Dos 14% que recebiam, destacam-se os beneficiários de aposentadoria (11%), pensão (1%), Bolsa Família (1%) e também somados os auxílios doença, seguro desemprego, benefício de prestação continuada (BPC) e cesta básica que totalizaram 1%. Os dados mostram que predominaram os beneficiários de aposentadorias e pensões da política de previdência social e, bem menos representativos estão os beneficiários da política de assistência social, haja vista a relação com o tipo de vínculo trabalhista e faixa de renda dos participantes desse estudo – mais de 48% possuem renda superior a cinco salários mínimos.

Sobre o recebimento de benefícios em decorrência da pandemia, 313 (15%) das famílias afirmaram ter recebido, sendo que a maioria (291) se referiram ao Auxílio Emergencial e, em escala bem menor (22), o recebimento de cestas básicas de ong's ou igrejas, kit's de alimentação escolar, cesta básica do CRAS/SUAS, totalizando 8% dos beneficiários. Quanto ao perfil das famílias beneficiárias do auxílio emergencial, mais de três quartos delas (78%) recebiam até 4 salários mínimos e 96% delas tinham até 3 filhos.

Dificuldade de acesso a serviços e benefícios sociais

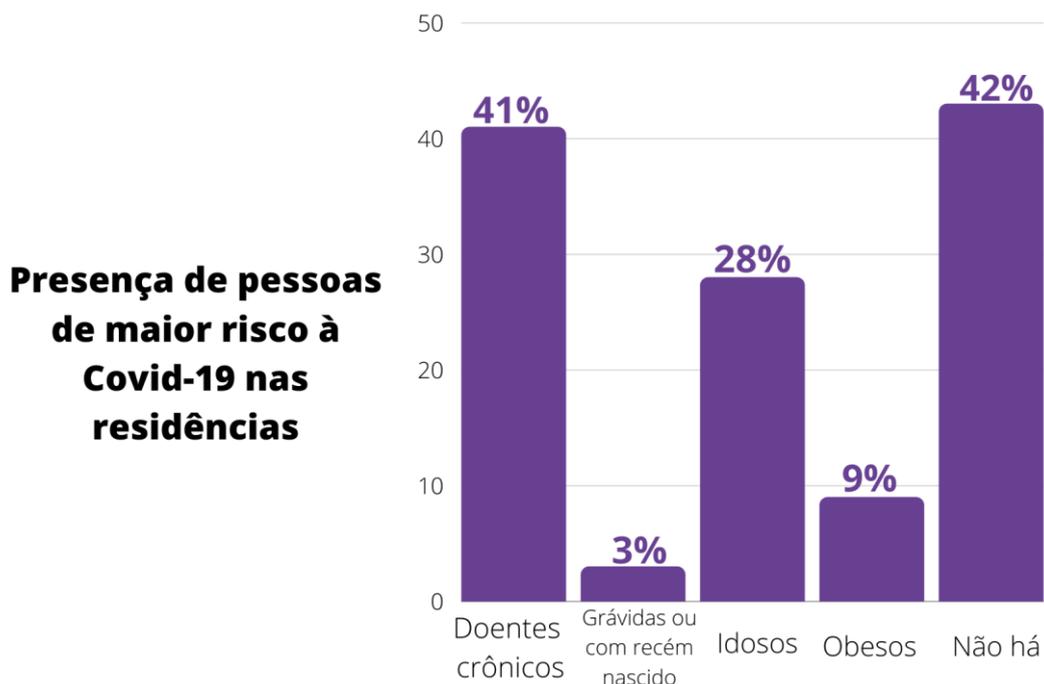


A dificuldade com o aplicativo do governo para acessar o auxílio emergencial e o fato de ter negada a solicitação foram as principais dificuldades enfrentadas para acessar benefícios ou serviços assistenciais.

7. Aspectos relacionados à saúde

No período de realização do levantamento as pessoas foram indagadas quanto ao pertencimento a grupos de maior risco para a Covid-19. Os dados revelaram que a grande maioria (66%) não pertencia a nenhum grupo de risco, ao passo que 33% afirmaram pertencer e 1% preferiu não informar.

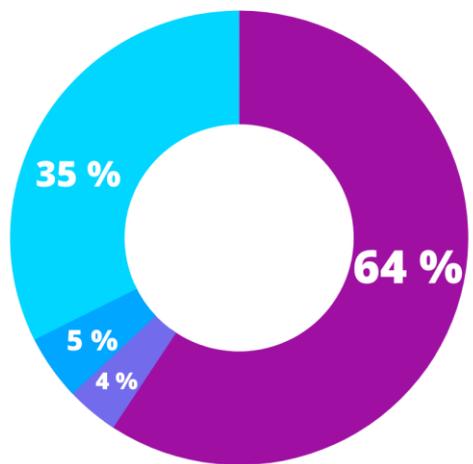
Também foi possível verificar informações sobre as pessoas residentes no mesmo domicílio, familiares ou não, quanto ao pertencimento a grupos com maior risco para a Covid-19. Essa tem sido uma das maiores preocupações dos especialistas em saúde quanto à possibilidade de contágio e agravamento de sintomas da doença. Do total de respondentes, 1.212 famílias (58%) afirmaram ter pessoas nessa condição nos seus lares, com destaque para doentes crônicos (com hipertensão, problemas cardíacos e respiratórios, diabéticos ou com imunidade baixa) e pessoas com mais de 60 anos.



Entre os que afirmaram (369 mulheres e 71 homens, ou seja, 440 dos 2.101 respondentes) a necessidade de cuidados às pessoas de grupos de maior risco, 64% apontaram dedicar tempo a cuidados de serviços de saúde externos ao domicílio

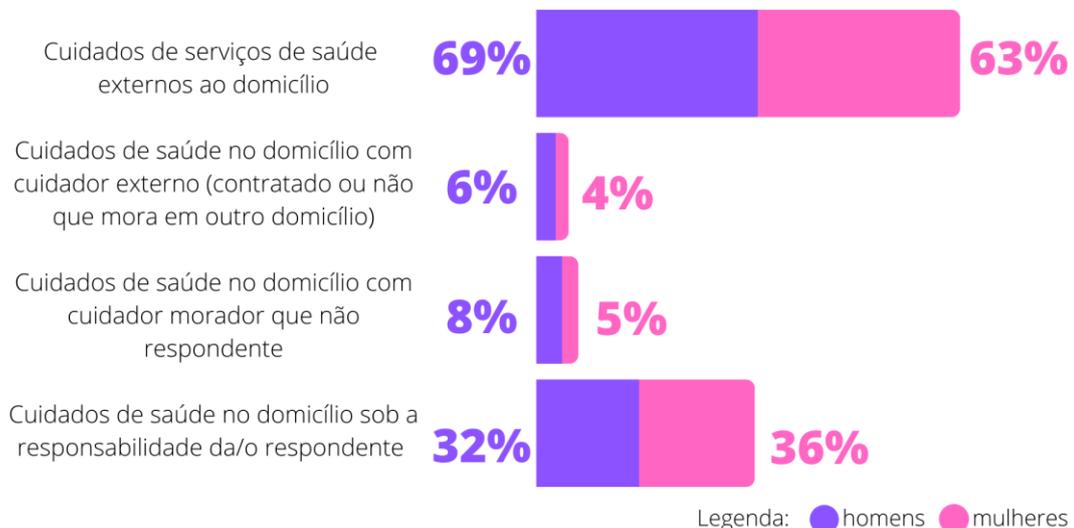
(consultas médicas regulares, exames, atendimentos com profissionais de saúde especializados: fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, outros) e 40% a cuidados de saúde no domicílio em que o respondente (35%) ou outra pessoa da família (5%) era o responsável. A presença de cuidador externo é baixa: 4% das famílias que têm pessoas de risco nos seus lares dispõe desse tipo de cuidador remunerado. Também é baixa a participação de outros membros da família na divisão dos cuidados (5%).

Tipos de cuidados com pessoas dos grupos de risco na residência



- Cuidados de serviços de saúde externos ao domicílio (consultas médicas regulares, exames, atendimentos com profissionais de saúde especializados: fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, outros)
- Cuidador morador que não seja a/o respondente
- Cuidados de saúde no domicílio com a responsabilidade da/o respondente
- Cuidados de saúde no domicílio com cuidador externo (cuidador contratado ou não que mora em outro domicílio)

Tipos de cuidados com pessoas dos grupos de risco na residência - por sexo



Quando se trata dos cuidados de saúde no domicílio tendo o respondente como responsável, as mulheres (36%) aparecem com maior incidência se comparadas aos homens (32%) – ainda que a diferença seja pequena. Em contrapartida, quando se refere a cuidador externo a incidência é maior para os homens (6%) e menor para as mulheres (4%), bem como quando os cuidados em saúde realizados no domicílio são de reponsabilidade de outro familiar a incidência é maior para os do sexo masculino (8%) e menor para as do sexo feminino (5%).

8. Efeitos e percepções sobre o isolamento social

Entre as medidas tomadas para evitar o contágio e o avanço da proliferação do novo coronavírus, o distanciamento e o isolamento social mostraram-se desde o início da pandemia as mais eficazes. Em 17/03/2020 o governo de Santa Catarina decretou um conjunto de medidas de distanciamento e isolamento social para conter o avanço da doença, tendo em vista que naquela data foi constatado o primeiro caso de transmissão comunitária. Nacionalmente, o Estado tomou medidas de controle da doença, contudo em Santa Catarina, menos de um mês depois, as primeiras flexibilizações da quarentena foram decretadas, evidenciando a pressão de diferentes setores da economia sobre o governo.

No período de levantamento de dados (maio/junho), buscou-se conhecer há quanto tempo os respondentes se encontravam em isolamento social. A maioria (75%) indicou estar mais de um mês em isolamento seguindo as orientações governamentais. Entre os demais, houve os que estavam a duas semanas em isolamento (15%) e aqueles que nunca estiveram em isolamento social (5%).

As medidas de isolamento social ocasionaram uma série de impactos na rotina da população, afetando de diferentes maneiras as atividades de trabalho, estudo, afazeres domésticos, locomoção, cuidados pessoais, entre outros. Assim, buscou-se identificar como as famílias enfrentaram as restrições provocadas pelo isolamento, no período de realização do estudo.

Nesse aspecto os dados revelaram proximidade dos percentuais em relação às dificuldades em lidar com as restrições provocadas pelo isolamento social. Para 48% das famílias estava sendo muito ou relativamente difícil lidar com as limitações, ao passo que para 52% das famílias foi muito ou relativamente fácil lidar com as restrições impostas pela realidade da pandemia.

A respeito das dificuldades enfrentadas pelas famílias no cotidiano, predominaram dificuldades emocionais, diminuição da renda familiar, restrição de convívio com familiares, seguido do aumento dos afazeres domésticos, dificuldades no pagamento de contas básicas, bem como as relacionadas com o bem-estar emocional dos filhos em virtude do isolamento e de auxiliá-los nas atividades escolares. Ao mesmo tempo,

com menor incidência, aparecem dificuldades em suprir necessidades básicas de alimentação, seguido de conflitos familiares (conjugais, entre pais e filhos, entre irmãos), manutenção do pagamento de mensalidades escolares e realizar cuidado de pessoas idosas e com deficiência.

Dificuldades enfrentadas pelas famílias no isolamento social



Até o momento da conclusão do levantamento dos dados (01/06/2020 - menos de dois meses depois da declaração oficial da situação de pandemia), 1% dos respondentes tinha recebido confirmação de contágio pelo coronavírus, 2% haviam feito o teste e o resultado havia sido negativo e a grande maioria (97%) não tinha conhecimento da sua condição de assintomáticos, pré-sintomáticos ou contagiados.

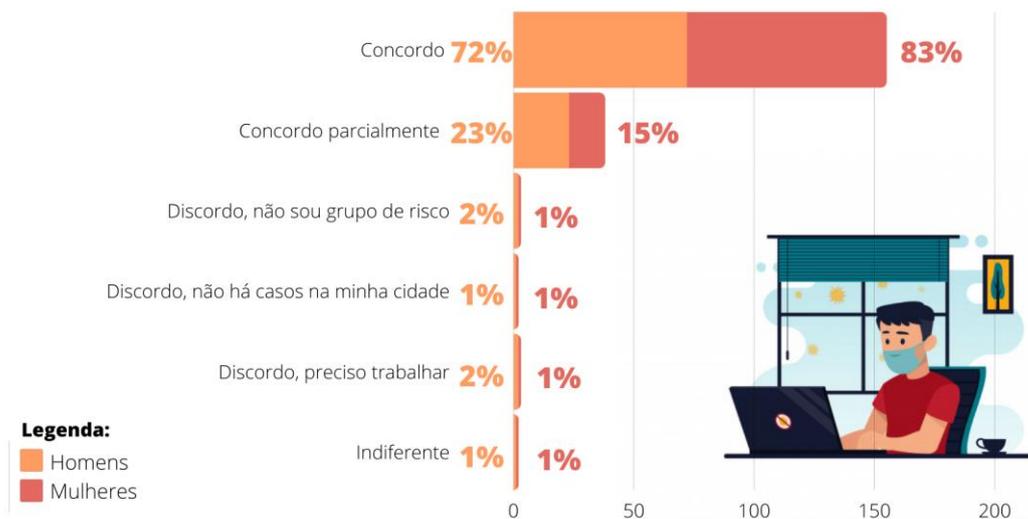
Entre os principais receios apontados pelas famílias, destacaram-se: perder familiares em virtude da doença, transmitir a doença para familiares, contrair a doença ou familiares contraírem a doença, seguidos de não conseguir pagar as contas, ter redução salarial, ficar sem renda para comprar alimentos ou perder o emprego.

Principais receios das famílias

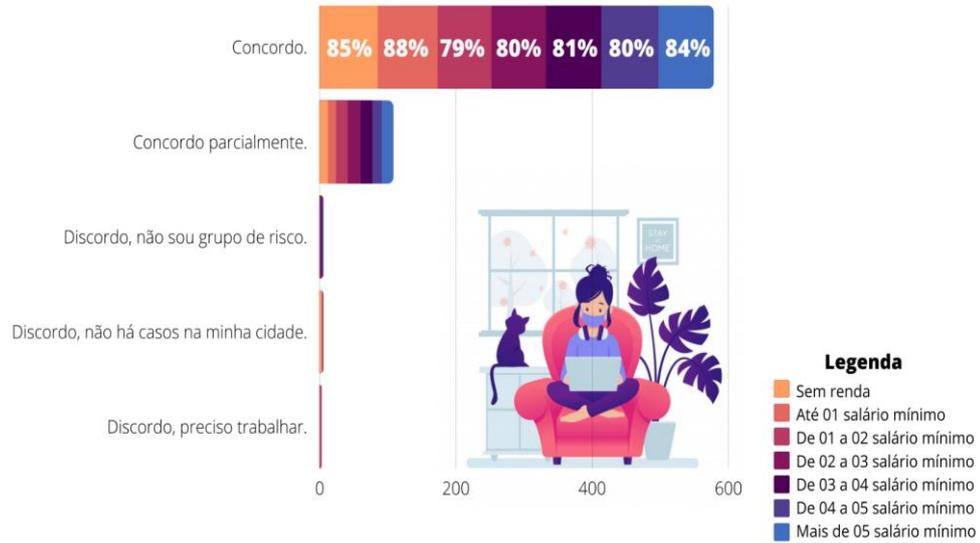


Quanto à opinião dos respondentes sobre as medidas de isolamento social adotadas pelas esferas governamentais devido à pandemia, tanto os homens quanto as mulheres demonstraram elevados níveis de concordância.

Opinião sobre isolamento social devido a pandemia



Opinião sobre isolamento social por faixa de renda familiar



A concordância com as medidas de isolamento social também foi elevada independentemente do nível de renda das famílias abrangidas pelo estudo.

9. Considerações finais

Nesse estudo alguns aspectos se destacaram em relação ao perfil das famílias e aos efeitos da pandemia de Covid-19 nas dinâmicas familiares e de trabalho das/os respondentes do levantamento realizado.

Sobre a caracterização das famílias, o estudo revelou a redução no seu tamanho, a predominância de pessoas casadas, a presença de poucos filhos (um ou dois), com idade inferior a 14 anos e em fase de escolarização, e a residência em áreas urbanas. Quanto à renda familiar, predominou os que possuíam renda acima de cinco salários mínimos, com grau superior de escolaridade e vínculo de trabalho como servidores públicos.

Sobre os efeitos da pandemia observou-se nas famílias com filhos menores de idade que a transformação da casa em espaço escolar impactou mais negativamente, em particular, o cotidiano das mulheres – que se tornaram as principais auxiliares dos filhos/enteados nas atividades escolares do ensino remoto, ou quiçá, forçosamente “substitutas” dos professores, conforme as desiguais condições de vida das famílias e de acesso aos recursos que essa modalidade de ensino imprime. A impossibilidade de contar com a rede de apoio familiar (avós, tios, entre outros) no cuidado de filhos pequenos somada à suspensão das atividades dos equipamentos escolares adensaram a, já pesada, carga de trabalho não pago das mulheres.

A realidade delineada remete à importância de equipamentos coletivos como creches e escolas, mais ainda em tempo integral, públicos e gratuitos, para o cotidiano de trabalho das famílias, especialmente das mulheres, comumente as mais responsabilizadas pelo cuidado dos filhos.

Outro aspecto que chama a atenção se refere a baixa externalização dos afazeres domésticos através do trabalho remunerado de trabalhadoras domésticas e diaristas, exigindo mais tempo das mulheres no desempenho desses cuidados. De outro lado, percebeu-se uma maior participação masculina nos afazeres domésticos e nos cuidados com filhos.

Nas famílias unipessoais, principalmente no caso dos idosos, a necessidade do distanciamento social acirrou tanto o isolamento quanto a solidão em virtude da diminuição do convívio familiar com filhos e netos, a suspensão de serviços de apoio

(grupos de idosos, centros dias) e a própria restrição da circulação em espaços públicos.

O trabalho remunerado, para um grupo de trabalhadores e trabalhadoras, migrou também para o domicílio: o propalado *home office* nesses tempos de pandemia. O que era inconciliável sem reproduzir a tradicional divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero foi acirrado. Conciliar trabalho remoto, atividades escolares dos filhos e afazeres domésticos se tornou um conflito ainda maior nas famílias e para as mulheres. Nesse sentido, a sobrecarga às mulheres se expressa no acúmulo de responsabilidades e, não menos, no aumento das jornadas tanto em relação ao trabalho remunerado quanto ao não remunerado. Ademais, essa invasão do trabalho e ensino remotos no espaço doméstico transferiu parte dos custos financeiros dessas atividades para a esfera privada das famílias.

A presença de pessoas pertencentes aos grupos de maior risco à Covid-19, como idosos, doentes crônicos, obesos, grávidas e puérperas nos domicílios também significou um acréscimo no trabalho de cuidado para as famílias, tanto aqueles relacionados a cuidados externos ao domicílio, que requer o acompanhamento aos serviços de saúde, quanto aos realizados no interior do domicílio por meio de cuidador familiar residente ou não. Nesse aspecto sobressai o maior número de mulheres responsáveis por esses tipos de cuidados.

A situação financeira das famílias também foi afetada pela pandemia: número não desprezível delas indicavam já não possuir reserva financeira e algumas mencionaram que já enfrentavam necessidade.

A pandemia afetou profundamente as rotinas familiares devido às restrições que o isolamento social provocou. Entre as maiores dificuldades mencionadas pelas famílias destacaram-se problemas emocionais, diminuição da renda familiar, restrição de convívio com familiares, aumento dos afazeres domésticos, dificuldades no pagamento de contas básicas, preocupação com o bem-estar emocional dos filhos, necessidade de auxiliá-los nas atividades escolares e aumento dos conflitos familiares.

Outro desdobramento da pandemia refere-se ao aumento da insegurança e do receio relacionados ao contágio e ao adoecimento pela Covid-19. Nesse aspecto os maiores

receios das famílias catarinenses foram perder familiares em virtude da doença, transmitir a doença para familiares, contrair a doença ou familiares contraírem a doença.

No período de realização do levantamento (maio/junho de 2020), aproximadamente dois meses após os decretos estaduais e municipais que previam medidas de isolamento social para conter a propagação do vírus e diminuir os índices de contágio, o número de respondentes que já haviam contraído o vírus era mínimo, bem como, era irrisório o número de pessoas que manifestaram já ter se submetido a testes para confirmação ou não do contágio. Neste período as famílias catarinenses, independente do sexo do respondente e da renda familiar, também demonstraram elevados níveis de concordância com as medidas tomadas pelos governos estadual e municipais para o controle da doença.

Entretanto, esse cenário sofreu grandes alterações. Se no dia 01/06/2020 os números² de infectados (9.498) e de óbitos (146) em Santa Catarina eram considerados “baixos”, em 01/12/2020 são alarmantes. Os casos confirmados somam 372.545 pessoas e o número de óbitos totaliza 3.809 catarinenses que perderam a vida pela Covid-19. A flexibilização das medidas de isolamento e distanciamento social, o aumento da circulação de pessoas, a retomada das atividades econômicas, a dificuldade em seguir as orientações sanitárias, tem contribuído para os altos índices de contágio e mortes no estado.

Muito provavelmente alguns resultados aqui apresentados seriam outros, evidenciando a necessidade de permanecermos atentas/os, acompanhando a evolução da pandemia e seus impactos nas famílias catarinenses, inclusive no intuito de planejar uma segunda rodada desse estudo, a fim de verificar os desdobramentos e os efeitos da pandemia no cotidiano das famílias residentes em Santa Catarina.

² De acordo com dados oficiais da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, acessível em <http://www.coronavirus.sc.gov.br/boletins/>

Referências

- ALVES, José E. D., CAVENAGHI, Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte**, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 25/08/2012. Disponível em: http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:aulas-2014:leituras:alves_cavenaghi_2012.pdf; acesso em outubro de 2020.
- GAMA, Andrea de Souza. **Trabalho família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.
- IBGE. Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. **Agencia IBGE Notícias**, 26/04/2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa>; acesso em outubro de 2020.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**. Rio de Janeiro, RJ:IBGE, 2019.
- MAGALHÃES, Pedro, GOUVEIA, Rita, COSTA-LOPES, Rui, SILVA, Pedro Adão e. **O Impacto Social da Pandemia**. Estudo ICS/ISCTE Covid-19. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto Universitário de Lisboa, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/42911>
- MOSER, Liliane; DAL PRÁ, Keli Regina. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 382-392, 2016.
- NASCIMENTO, Arlindo Mello. População e família brasileira: ontem e hoje. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1579>, acesso em agosto de 2020.
- NISFAPS. **Projeto do levantamento de dados**: Os efeitos da pandemia de Covid-19 nas famílias residentes em Santa Catarina. DSS, CNM, PPGSS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.
- SOF. Sempreviva Organização Feminista. **Pesquisa Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>; acesso em setembro de 2020.
- VILLA, Simone Barbosa. Os formatos familiares contemporâneos: transformações demográficas. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.12, p. 02-26, dez. 2012.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.